



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
DA COMISSÃO DE FINANÇAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ,
EM CONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2025.**

PRESIDENTE – VEREADOR JOSÉ LUIZ CASSIMIRO, ZÉ LUIZ CASSIMIRO.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS – SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA.

- Às 18h20min, o senhor Presidente, Vereador Zé Luiz Cassimiro, dava por aberta a presente Audiência Pública -

O SR. PRESIDENTE – Boa noite, sejam todos bem-vindos.

Agradecemos a atenção e a presença de todos, inclusive de quem nos acompanha pela internet.

Declaro aberta a presente Audiência Pública, realizada em conformidade com o parágrafo 4º, artigo 9º, da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentada nesta edilidade pela Resolução nº 04, de 25 de outubro de 2001.

Esta audiência refere-se ao 3º quadrimestre de 2024, conforme a legislação, refere-se, portanto, aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2024.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

A presente audiência, de acordo com a citada Resolução, constará das seguintes partes: exposição pelo representante do Poder Executivo, manifestação dos Parlamentares, manifestação dos representantes de entidades, manifestação dos munícipes, réplicas pelo representante do Executivo e pelos Secretários Municipais citados nas exposições e encerramento.

Quero cumprimentar, já está na Mesa, o nosso querido amigo Vagner, que é o nosso Secretário de Finanças, o Dr. Adriano Paciente e a Andressa. Agradecer a presença dos três.

Quero agradecer também a todos os funcionários e funcionárias, em nome da Arlinda, pelo empenho para que a gente possa realizar esta audiência.

Agradecer aos Vereadores presentes, o Leonardo, o Alexandre, o Danilo. Quero que os companheiros ajudem a gente a fazer a audiência bem representativa.

Quero agradecer aos representantes da Secretaria de Finanças, o Rafael, a Eleni, a Vanessa, o Camasão, a Andressa e ao Paciente.

Agora nós vamos passar a palavra para o Vagner, o nosso Secretário, que fará a exposição, explicará como está a questão das finanças no quadrimestre.

Depois de sua fala, nós vamos abrir a palavra. Primeiro para os Vereadores, depois para a comunidade aqui presente. Também está aberta a palavra para as pessoas que estão nos acompanhando via internet.

Com certeza você vai – com todo brilhantismo – responder todas as questões apresentadas aqui, tanto presencialmente quanto via internet.

Com a palavra, Vagner.

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS – Boa noite, Vereador Zé Luiz Cassimiro, Presidente desta comissão, desta sessão, Vereador Leonardo Alves, Vereador Alexandre Vieira, Vereador Danilo do Teco, aos colegas do Poder Executivo que estão aqui conosco, aos colegas da Câmara, ao nosso colega Adriano Paciente, à Andressa, que estão compondo a nossa Mesa.

Nós vamos aqui hoje apresentar os dados do 3º quadrimestre de 2024, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Nota da Taquigrafia: neste instante o Secretário inicia a apresentação do relatório.)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS – Basicamente isso.

Agradecemos a todos vocês e aos servidores e servidoras da Secretaria de Finanças.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Secretário.

Agradecer aqui pela exposição e pelo brilhantismo.

Registrar a presença do Vereador Simão.

Antes de abrir a palavra, quero lembrar aos participantes que estamos sendo acompanhados pela internet. Todos que estão nos assistindo podem nos enviar as suas perguntas para o email audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br. Não se esqueçam de se identificar.

Vamos combinar um tempo para cada um dos vereadores de 05 minutos.

O primeiro inscrito é o Vereador Leonardo. Pode falar 05 minutos.

O VER. LEONARDO ALVES DE CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o nosso Secretário Vagner, o nosso controlador Adriano Paciente, e toda a sua equipe.

Em nome da Nice, cumprimento todos os servidores da Secretaria de Finanças, que têm se empenhado como os demais representantes das Secretarias que aqui estão presentes também.

Eu tive a oportunidade de fazer parte da comissão de Finanças aqui na Câmara nos meus dois primeiros anos de mandato e sei da importância desta audiência para o Legislativo.

Sem orçamento não temos como tirar nada do papel.

É a mais importante audiência pública.

A minha pergunta é em relação ao Refis. A gente aprovou aqui na Câmara Municipal uma espécie de um Refis, de uma forma intempestiva, que é aquela comissão que avalia alguns dados e pode ajudar os contribuintes a participar para quitarem suas dívidas com a Prefeitura. Eu queria saber os dados desse Refis de forma intempestiva.

Eu vou usar “Refis de forma intempestiva” para a gente saber os dados, se está tendo aderência, se está sendo divulgado... Porque ainda assim, na rua, a gente encontra muitas pessoas falando: “E o Refis não vai voltar?”



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Então, eu queria entender se houve aderência, quais os dados desse programa que a Câmara aprovou – e foi muito bem acertado pelo governo –, para a gente ter um parâmetro importante aqui dentro do Legislativo. E se vai haver mais algum outro programa, se está no cronograma da Secretaria fazer mais algum programa mais robusto nesse sentido de divulgação para regularização de débitos.

A outra questão é em relação à dívida.

A saúde fiscal do município é extremamente importante. A gente sabe que existem alguns parâmetros para ir equacionando a dívida, porque a gente não pode deixar de parar os serviços públicos que existem na cidade, porém é algo que nos preocupa. A gente sabe que tiveram alguns limites na LDO que não foram cumpridos, embora a gente saiba do esforço que a equipe técnica de vocês têm feito.

Durante todo meu mandato tenho a equipe se empenhar, mas é algo que nós estamos preocupados.

Você mesmo comentou que a meta estipulada era 05 milhões e 137, pela LDO, mas que atingimos a marca de 132 mil de diferença, que cresceu a dívida, embora seja pequeno o valor – segundo as suas palavras, Secretário –, é algo que nos preocupa. E a gente queria entender por que a dívida tem crescido aqui na cidade.

Esses são os meus apontamentos. Ligado à dívida e como equacionar isso a curto, médio e longo prazo, e também ligado ao Refis.

O VER. ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA – Boa noite, Wagner, a todos da Mesa, Vereadores, funcionários.

Wagner, eu não participei da gestão passada, mas a gente vê que a saúde da cidade está bem ruim mesmo.

Eu, como todo brasileiro, tem meses que tenho dinheiro e tem meses que não tenho.

Vou dar só uma idéia para a Prefeitura. Eu acho que esse Refis tinha que ser anual... Janeiro, fevereiro, março... Até dezembro.

Por quê?

Faz o Refiz agora, passa pela Câmara, e fica fevereiro e março, por exemplo. Aí, chega lá a Vanessa, não tem dinheiro, tem em junho para de repente quitar a dívida dela, só que em junho não tem esse programa. Então, eu estou mais para dar uma ideia...

Se depender de mim aqui na Câmara para estar votando para esse Refis ser anual, porque às vezes em junho o cara tem dinheiro, às vezes em janeiro o cara tem, e a gente não sabe o bolso de cada um, né?

O Refis, sempre que passou por essa Casa, eu fui assessor aqui inclusive do Simão, que está aqui, do Prof. Betinho, sempre tinha um tempo, 01 ou 02 meses. Então, é mais uma ideia, porque o brasileiro, tem meses que ele tem dinheiro, tem meses que ele não tem.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

O SR. PRESIDENTE – Mais alguém? Mais algum Vereador quer fazer...?

Simão.

O VER. LUIZ ALFREDO DOS SANTOS SIMÃO, LUIZINHO SIMÃO – Boa noite a todos. Quero cumprimentar aqui o Secretário, Vagner, um prazer estar conhecendo o Secretário, o Presidente dessa sessão, o Zé Luiz Cassimiro e todos os funcionários da Secretaria de *Saúde*, quero cumprimentar a todos.

Eu, rapidinho, só quero reforçar essa questão do Refis. Se eu não estou equivocado, em Itanhaém, na Prefeitura de Itanhaém, tem Refis o ano todo, como o nosso companheiro, o nobre Vereador Alexandre Vieira acabou de dizer.

E, pelo volume de dívida ativa que tem na cidade, que dá praticamente 02 orçamentos da cidade, são 03 bilhões de dívida ativa, eu acredito que seria uma forma muito boa de abrir esse espaço para ver se... Quanto mais conseguir receber durante 01 ano, eu acredito que seria ideal até para ajudar nas finanças da Prefeitura, recuperar esse recurso perdido. Não é perdido, porque ele suja o nome das pessoas, as pessoas têm as preocupações... Porque as pessoas, não é que não querem pagar, é que não têm dinheiro mesmo, falta mesmo no orçamento de todo mundo, independente de salários de cada um. É difícil. A situação é difícil. E é uma forma de estar recebendo parte desses 03 bilhões, porque vai ajudar muito nos cofres públicos, nas finanças da Prefeitura.

Eu também sou a favor de um prazo bem maior para estar recebendo, porque 02 meses de Refis é pouco, é bem pouco mesmo.

É só isso. Só para contribuir, Secretário.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Vereador.
Vereador Danilo? Pois não...

O VER. DANILO LUCIANO DOS SANTOS, DANILO DO TECO – Sem perguntas, Presidente.

Eu quero parabenizar o Secretário de Finanças, todos aqueles que compõem a Secretaria de Finanças e agradecer a todo esclarecimento aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Vereador.
Vamos passar aqui agora para o nosso Secretário responder às questões.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Queria fazer um, se me permitir, fazer uma colocação também.

Queria parabenizar a gestão do Marcelo Oliveira do 1º mandato e agora nesse, e especialmente a Secretaria de Finanças. Eu tenho acompanhado e tem um trabalho e um empenho muito grande. Como eu estou na vida pública há muito tempo, militando desde menino, eu já vi, quando se faz a peça orçamentária, grandes disparates. O Adriano Paciente também pode ser testemunha disso. Eu já vi administrações fazer orçamento de 10 bilhões e, depois, na prática, só efetivar 20%, 15%, 40%. Aqui no município já teve isso, nas gestões anteriores; faziam um orçamento que a população olhava, falava: “Nossa, tem muito dinheiro a Prefeitura!”. Depois, quando ia arrecadar, via que tinha uma dificuldade muito grande e não era essa a realidade, era só para inventar.

A gestão do Marcelo e a Secretaria de Finanças não. Estão fazendo um orçamento, projetando um orçamento dentro da realidade, tanto é que a diferença daquilo que foi projetado para o que foi executado é algo em torno de 13%, 14% de diferença. Então, isso é muita responsabilidade. A gente tem que parabenizar a Secretaria por isso.

Outro fator que eu queria também reforçar é o empenho da administração do Marcelo Oliveira nas questões sociais. Se a gente fizer um estudo detalhado, a gente vai perceber o seguinte: que as questões sociais são o principal investimento da administração, tanto é que a lei federal, a Constituição estabelece o seguinte: que cada município tem que gastar no mínimo 25% com a educação e 15% com a saúde. Se você pegar o 1º mandato inteiro do Marcelo, e já vai começar esse ano, nós vamos ver que o Prefeito gastou muito mais do que o mínimo estabelecido, tanto é que no ano de 2024 gastou quase 28% na educação e quase 16% na saúde. Se a gente faz a soma dá quase metade do orçamento em educação e saúde. Então, isso é um fator muito importante que a população tem que perceber a importância de uma administração com seriedade.

Então, queria registrar aqui e parabenizar o Secretário. Que ele leve para o nosso Prefeito que nós estamos muito confiantes na sua administração e sabemos que esse 2º mandato será muito melhor que o 1º, que foi excelente.

Passar aqui para o nosso Secretário...

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Eu vou responder aqui mesmo.

Começar a falar aqui com relação ao Refis. Houve uma definição de governo no 1º mandato para haver um Refis, salvo engano, no 3º ano de mandato. Esse Refis, ele foi feito por um período, foi prorrogado por igual período; nós ficamos, salvo engano, 04 meses com Refis aberto, em razão dos anos que não tinha tido Refis; nós tivemos uma arrecadação importante, muito importante para aquele ano; nós vínhamos de 02 anos de pandemia; o último ano do governo que nos antecedeu...; no último ano você não pode fazer Refis, pelo menos a colocação que



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

tinha à época, sempre: “Olha, não vamos fazer Refis no último ano de mandato”. Porque configurava no entendimento à época que era uma oferta de benefício fiscal no último ano de mandato. Depois, esse entendimento foi reformado, inclusive a Câmara aqui aprovou no último ano de mandato, foi no finalzinho do ano de 2023 para 2024, aprovou um outro instituto que vem a ser uma espécie de Refis, porque ele tem lá as mesmas características, na verdade tem características ampliadas do Refis, que é a Câmara de Conciliação.

Então, a Câmara de Conciliação foi implantada no ano passado, foram feitos editais; a Câmara aprovou essa lei; essa lei, Vereadores, ela funciona meio que como uma autorização permanente para o governo fazer negociações com devedores, a partir do momento que o governo faz um edital com prazo estipulado dizendo quais são as dívidas que ele vai negociar. Isso não foi feito, não foi coordenado pela Secretaria de Finanças; a Câmara de Conciliação é coordenada pela Secretaria de Assuntos Jurídicos. Então, a Secretaria fez essa Câmara no exercício passado, ficou vigendo, foi prorrogada durante um tempo, teve lá os seus benefícios. No entanto, a divulgação efetivamente disso, como o Vereador Leonardo questionou, ela não foi uma divulgação massiva, não foi uma divulgação maciça na cidade em razão das restrições da lei eleitoral, para evitar o risco do Prefeito, que era também candidato, ser colocado como se estivesse proporcionando um benefício em ano eleitoral, com uma publicidade inclusive concomitante com a publicidade eleitoral. Então, a publicidade não foi tão grande.

Agora, veja, para este exercício, e aí eu vou falar um pouco no geral, na pergunta do Vereador Alexandre e na colocação também do Vereador Simão com relação ao Refis.

Mauá tem uma dívida ativa muito expressiva e muito antiga também.

Nós temos vários tipos de problemas que vão sempre avolumando a dívida ativa do município.

Temos uma dívida ativa dos últimos anos, média real, de 30% no IPTU.

Então, de tudo que a gente lança, quase um terço a gente não arrecada. Aí quando a gente faz a análise desse número, a gente vê que o valor é muito expressivo e que muito do que a gente lança são áreas em que não houve ainda a regularização fundiária. É uma área privada que está sendo ocupada por um contingente grande e que não está no nosso cadastro.

O proprietário daquela área gigantesca recebe o seu carnê de IPTU, e ele não quita, porque ele tem lá 05 mil, 10 mil famílias morando, e ele não quita.

Então, nós estamos estudando agora, com mais propriedade, a possibilidade de trazer o parcelamento fiscal para que aqueles moradores que estão nessa área – depois de todo processo legal comprovado – especialmente daqueles que estão em áreas que não são privadas, que são públicas...



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Então, nós temos áreas da Prefeitura que têm muitas moradias, para que a gente consiga – do ponto de vista fiscal, pelo menos – fazer o lançamento e aí receber esse recurso.

Agora veja, com relação ao Refis. Se nós tivermos um Refis todo ano, com isenção de juros e multa, benefício fiscal, até aqueles contribuintes que pagam em dia, no dia do vencimento, eles podem dizer: “Nós vamos esperar, porque vai ter o Refis lá no 2º semestre, e a gente vai pagar sem juros e multa.”

E a Prefeitura vai se privar de receber aquele recurso que ela poderia receber no 1º semestre, para já utilizar nas políticas públicas todas, e ficar a reboque sem ter esse recurso no momento certo, recebendo depois.

A meu ver, se a gente tiver um Refis todo ano, estaremos desprestigiando o bom pagador.

Se eu tenho uma adimplência de 70%, significa que a maior parte da cidade consiste em pessoas que conseguem e priorizam o pagamento do tributo em dia. E os outros 30, ou que não podem, ou que não priorizam o pagamento do tributo em dia.

O efeito do Refis acontece quando você tem um tempo maior de espaçamento entre um e outro.

Eu concordo com vocês também que a gente precisa fazer os estudos, obviamente, mas que o Refis tenha um período – quando ele ocorrer – um período maior. Acho que a gente pode fazer um estudo para que isso ocorra na medida do possível.

Com relação ao que o Vereador Leonardo colocou da dívida, a nossa dívida, nos 02 últimos anos se avolumou por vários fatores, mas tem um fator que eu queria ressaltar: a evolução dos precatórios judiciais.

Temos 02 problemas com precatórios.

Um problema é que nós tivemos nos últimos anos de precatórios que vieram de ações que nós perdemos na justiça, valores muito expressivos.

Todo ano o Tribunal de Justiça os manda o quanto que a Prefeitura tem que colocar no orçamento do próximo ano para pagar precatórios. Os dois últimos, principalmente, vieram com valores muito expressivos.

A maior parte dos precatórios que a Prefeitura tem hoje é pelo não pagamento dos fornecedores outrora, há muitos anos atrás. A correção do precatório é feita por um índice muito alto, e esse valor hoje, corrigido, é muito grande.

No momento em que aquela ação é transitada em julgado, aquela ação vem no mapa de precatórios para inclusão no pagamento, para o próximo exercício.

O precatório cresceu bastante.

Nós vimos que tivemos um recurso de operação de crédito na ordem de 48 milhões e meio, salvo engano, na arrecadação, esse recurso também faz parte da nossa dívida, são operações que o município fez para infraestrutura.

É um valor que ingressa na nossa dívida.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

E aquela nossa dívida histórica com a Caixa, que, apesar de a dívida estar sendo paga em dia, agora que a gente vai conseguir ver o saldo cair um pouco. É uma dívida que foi feita, salvo engano, no final dos anos 80, e renegociada há 08 anos – aproximadamente –, e essa renegociação traz uma forma de cálculo que a gente vinha pagando, e a dívida não caía, pela forma de atualização da dívida.

A partir de agora ela vai começar a cair mai. É uma dívida que no ano passado nós entramos com uma ação, para tentar rever o contrato.

No ano passado tentamos fazer isso e não conseguimos sucesso na justiça.

A meu ver temos que tentar novamente, tentar fazer a reversão dessa dívida ou uma reanálise do pagamento dela, porque, outrora, no final do governo Oswaldo, por exemplo, no último mandato que ele governou a cidade, já tinham estudos de que a dívida estava paga. Lá naquela época.

Mas a gente reconheceu a dívida num dado momento em que o município estava sendo estrangulado pelo não recebimento do Fundo de Participação dos Municípios. O valor era sequestrado, era bloqueado no momento; o município começou a não ter recurso para tocar as suas políticas públicas, seguir o seu orçamento, e aí o governo se viu obrigado a fazer um acordo, e esse acordo foi um acordo que hoje está trazendo um... Na época não foi um acordo ruim, resolveu, digamos, nos primeiros anos, mas agora que os anos passaram esse acordo tem se mostrado muito ruim para nós. Então, é realmente um problema a se observar.

Agora, eu queria fazer uma colocação para vocês que eu acho importante. Quando o governo Marcelo Oliveira começou, o Prefeito começou a governar, em 2021, eu mesmo vim junto, eu vim aqui no dia 02 de janeiro, nós estávamos aqui trabalhando e vimos a situação que o município estava. É um pouco da fala que o Zé fez. Nós vimos a situação que o município estava, nós vimos o problema da dívida que nós tínhamos que pagar no curto prazo, o tamanho da dívida, o tamanho dos problemas que o município tinha. A gente já viu esse nível de endividamento gigantesco inclusive, precatórios eram muito grandes.

E o que nós tentamos fazer a pedido do Prefeito era: “Olha, precisa equacionar o problema e não gerar novos problemas”.

Então, nós tentamos fazer isso. Vocês vejam que nós encerramos o mandato e nós não tivemos, grosso modo, basicamente, nada de atraso com pagamento de fornecedor, não tem nenhum fornecedor nos processando na justiça porque nós não pagamos, hoje nós estamos com os pagamentos em dia. Nós deixamos de pagar a dívida da Caixa em alguns momentos em que a ação estava para ser julgada, falamos: “Olha, vamos aguardar, porque se a gente ganhar já...”, mas nós não deixamos de pagar, nós honramos o ano inteiro, nós não deixamos de pagar o precatório.

Para vocês terem uma ideia, no ano passado, nós pagávamos algo em média como 05 milhões de precatório e o último pagamento que nós fizemos anteontem foi 7,5 milhões quase. Certo? Por quê? Porque a Constituição diz que até



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

2029 nós temos que quitar os precatórios. A cada ano que passa tem menos anos para a gente quitar, e o Tribunal de Justiça faz um cálculo e estipula um percentual daquela receita corrente líquida que vocês viram ali para a gente pagar. E esse percentual, que no ano passado era de 3,87, passou para 5,57 esse ano. Então, de 3,87 para 5,57. Então, a média de 5, que era no ano passado, com base na receita corrente líquida, a gente está pagando mais de 07 milhões por mês.

Então, é um problema que nos assusta.

Agora, eu volto a ratificar com vocês, apesar desse tamanho de problema, o governo, nesse exercício, eu estou falando de 31 de dezembro de 2024, foi o final do 1º mandato do Prefeito, Marcelo Oliveira, nós repusemos as perdas de inflação anualmente dos servidores, nós tivemos a contratação de milhares de servidores novos que a máquina não tinha.

Para vocês terem uma ideia, só olhando para a nossa Secretaria de Finanças, quando nós chegamos, nós tínhamos uma única contadora, que é aquela moça que está sentada ali, a Andressa. Era a única contadora do quadro da Prefeitura! E não conseguia fazer... Imagina...! Um município desse tamanho!

O município que tem 01 contador tem 20 mil habitantes, tem 01 contador... Mas município com quase 500 mil habitantes é impossível... Então, nós reformulamos o quadro, contratamos servidores... Vocês vejam, o Zé está aqui do meu lado, quantos servidores nós contratamos na educação. E tudo está em dia, tudo está em ordem.

Nós temos um desafio? Temos um desafio.

Nós temos uma dívida grande? Temos uma dívida grande.

Nós temos uma dívida ativa grande a receber? Temos.

Mas a gente não só está com tudo em dia como o governo do Prefeito, Marcelo Oliveira, apresentou um projeto de governo, apresentou realizações que culminaram com a sua reeleição. E, nesse mandato, seguramente, a determinação dele é que seja da mesma forma: tudo em ordem, tudo em dia, lutar para tentar diminuir aqui essa questão das dívidas, na medida do possível, na justiça e trabalhar com força para melhorar a vida do povo de Mauá, como ele sempre diz.

Basicamente, era isso que eu queria dizer. Queria agradecer a vocês e ainda ficar à disposição para outras eventuais colocações.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Secretário.

Feitos aqui os questionamentos, as colocações dos Vereadores, respondidos aqui e comentados pelo Secretário, agora eu vou passar a palavra aos representantes de entidades. Se tiver alguma questão de representantes de entidades presencial ou *online*, a gente abre a palavra.

Antes disto, quero registrar aqui a presença do Sr. Gustavo Vila Nova, está representando aqui o nosso querido Secretário do Meio Ambiente, o Reinaldo Soares. Seja bem-vindo. Obrigado, aqui, pela presença.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Não tem nenhuma questão feita pelos representantes de entidades presencial ou *online*.

Eu quero perguntar se alguém aqui presente quer fazer uso da palavra? Também a gente vai abrir a palavra para alguém que queira fazer uso da palavra.

Não tem? Não tendo ninguém que queira fazer uso da palavra, nós vamos dar aqui 02 minutos para que se tiver alguém tanto presencial ou *online* que queira falar, a gente garanta o tempo. A Arlinda vai combinar aqui conosco o horário de 02 minutos e a gente aguarda aqui se alguém quiser fazer qualquer questão.

(Nota da Taquigrafia: neste instante ocorre uma pausa de 02 minutos.)

O SR. PRESIDENTE – Concluído o nosso prazo, aqui, que estabelecemos, vou passar aqui para o Vereador Alexandre.

Pois não, Vereador.

O VER. ALEXANDRE VIEIRA – Vagner... Tudo bem? Só a questão do Refis, que eu entendi você também, a parte que você falou que não dá...

O que eu pediria para vocês? Eu vou mandar um projeto aqui para a Câmara para nós assinarmos que seria na parte do final de ano, onde o pessoal tem um pouquinho de poder aquisitivo maior, *né?*, que é o abono, o décimo terceiro, *né?*

Você imagina passar o Refis agora, abril, maio... O povo está todo endividado. Então, eu peço que seja mais para o final do ano, que pegue dezembro, novembro, outubro, setembro.

Só isso só.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Vereador.

Não tendo mais nenhum presente que queira fazer uso da palavra, passo a palavra para nosso Secretário Vagner fazer as conclusões finais.

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS – Agradecer aqui especialmente aos Vereadores, ao corpo da Câmara, ao corpo da Secretaria de Finanças, e fazer um registro extremamente importante, que eu acho que a gente não conseguiu fazer, que foi agradecer e enaltecer à altura.

Então, aqui temos os nossos colegas, o Rafael, contador, funcionário de carreira, que nós trouxemos através de concurso; a Andressa, contadora, gerente de



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

contabilidade da Prefeitura, a outra Andressa, que acabou de chegar na nossa equipe, que está coordenando o nosso planejamento; a Helenice que é o nosso braço direito e esquerdo, perna direita e esquerda, desde o nosso começo cuidado do orçamento.

Mas quero enaltecer uma coisa aqui muito importante, tem a ver não com o meu trabalho, não com o nosso trabalho, mas sim com o trabalho do governo que teve sensibilidade para verificar que a “Finanças” precisava de um corpo técnico, de que a “Contabilidade”, principalmente, precisava de um corpo técnico.

Deixar registrado aqui nesta audiência que, no exercício de 2024, a contabilidade de Mauá, a transparência das informações contábeis e a exatidão da contabilidade de Mauá recebeu um prêmio do Tesouro Nacional e foi a melhor nota entre todos os municípios da região metropolitana do Estado de São Paulo.

Foi nota “A” e, na classificação, foi a melhor nota da região metropolitana. Estou dizendo dos 37 municípios que compõem a região metropolitana. Inclusive está lá a capital e municípios até maiores que Mauá.

Então, queria enaltecer o trabalho que foi feito por essas pessoas, não só as que estão aqui, mas as que não estão aqui, toda a equipe e fazer esse registro.

E dizer para vocês que a contabilidade de 2024 deve manter o mesmo patamar. Pelo menos vai ser um duplo “A” agora, e vamos ver se ela ainda aumenta a nota lá no final, a classificação.

Só queria fazer esse registro porque foram funcionários de carreira que fizeram, que precisam ser cumprimentados por isso.

Espero que vocês levem para o resto da equipe lá amanhã.

Obrigado, gente.

Satisfação estar aqui com vocês no início desta legislatura.

Disponha sempre da gente lá na Secretaria de Finanças, por favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Agradecer ao Secretário, enaltecer a equipe. Dar os parabéns aos funcionários, é isso mesmo, tem que tirar “A” em tudo. É importante, cada vez a maior nota possível.

Agradecer a todos e todas, ao Secretário, à equipe toda, aos nossos queridos Vereadores, à assessoria, aos funcionários quero agradecer muito por estarem nos acompanhando até este horário, aos visitantes..

Concluídas todas as fases da audiência, agradeço mais uma vez a presença de todos.

Esclareço que toda documentação gerada por esta audiência será juntada ao respectivo processo e encaminhada por cópia de inteiro teor à Secretaria de Finanças, ficando à disposição dos interessados para consulta nesta Câmara Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

De acordo com a lei, a próxima audiência deverá ser realizada em data a ser definida posteriormente, ocasião em que serão feitas novamente as convocações e a publicação.

Muito obrigada a todos.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

LEVANTA-SE A AUDIÊNCIA ÀS 19h36min.